

Editorial



O Brasil aprovou a Lei de Biossegurança liberando as pesquisas com células-tronco embrionárias. A partir de agora os embriões com mais de três anos de congelamento poderão ser utilizados pelos laboratórios, desde que exista autorização dos pais.

Os organismos geneticamente modificados (OGM's) ou transgênicos pegaram uma carona na nova Lei e também foram liberados para pesquisa, plantio e comercialização. Neste caso a legislação desagradou principalmente aos ambientalistas, que criticaram o amplo poder dado para a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

O texto aprovado afirma que a Comissão poderá inclusive dispensar os estudos de impacto ambiental. O Congresso Nacional ainda tentou colocar os Ministérios com o poder

de veto sobre as decisões da CTNBio, mas o presidente Lula retirou este artigo dando a CTNBio amplo poder decisório.

No sentido da precaução, a Lei de Biossegurança sancionada pelo presidente retrocedeu. A questão não é meramente política, como assim fazem parecer os meios de comunicação, evidenciando a interferência deste ou daquele ministro. A questão é mais ampla e pode envolver a saúde pública, por isso não se pode abrir mão de prevenir contra os possíveis efeitos deste ou daquele produto geneticamente modificado.

Em resumo não foi só o Ministério do Meio Ambiente que perdeu poder nesta questão, mas principalmente o Ministério da Saúde e todo seu sistema de vigilância sanitária.

Que a sorte esteja conosco!

Fátima Cristina Inácio de Araújo
Presidente do CRBio-2

Cartas / e-mail

Curso de Introdução à Educação Ambiental

Data: 02 de julho de 2005
Local: Conselho Regional de Biologia 2ª Região
Horário: 8:00 às 12:00 h
Valor: R\$ 50,00
Tel.: (21) 2220-2655

UNIMATH

A UNIMATH - Faculdades Integradas Maria Thereza e o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Ciências da Saúde, estão com inscrições abertas para os cursos de Pós-Graduação em diversas áreas da Biologia. Informações e inscrições pelos telefones 0800 2820890, R. 220 e (21) 2722-1713.

Cursos CRBio-2 e Biosane

Curso de Tratamento de Esgoto Sanitário
Julho de 2005.

Curso de Tratamento de Efluentes Industriais
Setembro de 2005.

Curso de Gestão de Resíduos Sólidos
Novembro de 2005.

BIOSANE SERVIÇOS LTDA.

Rua Bacairis, nº 172/201, Taquara - Jacarepaguá Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22.730-120
E-mail: biosane@biosane.com.br
Telefax : (21) 2435-3223

XIX Encontro Brasileiro de Malacologia

Data: 25 a 29 de julho de 2005
Local: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - RJ
Informações: www2.uerj.br/~sbma
E-mail: xixegram@yahoo.com.br
Telefone: (21) 25877694

Bionotícias

Acuso o recebimento do Bionotícias ano X número 71 jan/fev. 2005, e mais uma vez, parabeno pelo nível das matérias e o ótimo editorial.

Dr. Rômulo Capello Teixeira
Coronel Bombeiro Médico
Diretor Técnico do Hospital Central
Aristarcho Pessoa - HCAP

Peixe Fredi

Prezada Fátima,
Venho agradecer o apoio e a participação no Projeto Peixe Fredi como também o empenho e a dedicação na presidência do CRBio2 ao longo desses anos. Toda a sua competência em atuar a frente do CRBio2, só traz benefícios e dignificação para a profissão de biólogo. É muito bom poder contar com um órgão como o CRBio-2 e com uma pessoa tão humana e sensível como você.

Um grande abraço

Luzia Alice Ferreira de Moraes
Bióloga / PhD em Ciências Ambientais.

Presidente

Fátima Cristina Inácio de Araújo

Vice-presidente

Antonio José Bianchi Nunes

Diretor - secretário

Celso Sánchez Pereira

Diretor - tesoureiro

Carlos Alberto Fonteles de Souza

Conselheiros efetivos

Elizabeth dos Santos Rios, Marcelo Einicker Lamas, Mário Flávio Moreira, Newton Dias Lourenço, Vera Lúcia Vaz Agarez, Carlos Eduardo Lustosa Esberard (licenciado)

Conselheiros suplentes

André Micaldas, Carlos André T. Paes, Humberto Ker, Lygia Sanchez, Manildo de Oliveira, Rodrigo Soares de Moura Neto (em exercício), Válber Frutuoso, Vinícius Carraro, Walnísia Pereira Brandão

Assessorias

Orlando Silami (contábil), Karina Meirelles (jurídica), Luciano Fuzér (comunicação), Leila Mafra (administração)

Corpo funcional

Alcio Pessôa, Ana Maria, Eliane Danello, Luiz José, Marcelo Figueiredo, Neide de Albuquerque e os estagiários: Gustavo, Tarcis e Thiago

Rio de Janeiro

Rua Álvaro Alvim, 21 / 12º andar
20031-010 / Rio de Janeiro - RJ.
Tel.: 2220-2655 (Fax. - ramal: 34)
Home Page: www.crbio2.org.br
E-mail: fiscalizacao@crbio2.org.br
comunicacao@crbio2.org.br

Espírito Santo (Delegacia)

Delegado Regional

Alessandro Trazzi

Rua Graciano Neves, 73, sala 501,
Ed. Léa Centro 29040-090 / Vitória - ES
Tel./Fax: (27) 3222-2965
delegaciaes@crbio2.org.br

Bionotícias

Edição: Luciano Fuzér Mtb/RJ - 24.445
Denise Moraes (reportagem), Heloisa Brown (revisão)

Impressão: Rower Gráfica

As matérias assinadas não representam necessariamente a opinião do CRBio-2, sendo de exclusiva responsabilidade dos seus autores

Lyz Flores

Arranjos com flores naturais e artificiais
Decoração em geral / Produtos esotéricos
Entregas em Domicílio
Rua Alvaro Alvim, 21-A Centro
Tel.: (21) 2262-0226 / 2262-0541

Biólogos recebem cédula profissional

No dia 28 de março no auditório do CRBio-2 foram entregues as cédulas de identidade profissional aos Biólogos que compareceram à cerimônia. A presidente do CRBio-2, Fátima Cristina Inácio de Araújo convidou para padrinho dos novos profissionais, o diretor-secretário do Conselho Celso Sanchez: “Estou muito grato em ser o padrinho desta turma. É muito importante que vocês lembrem que a Biologia é a fonte da vida, e o correto exercício da profissão é necessário para uma atuação com ética e responsabilidade. Daqueles que precisarem de qualquer auxílio profissional estarei à disposição, junto com o Conselho Regional de Biologia, pois aqui é a nossa casa”, disse Celso.

Entre os Biólogos que receberam a cédula estavam: Aline Almeida Uehara, Ana Paula Accacio Veloso, Ana Paula de Castro Rodrigues,



Diretor-secretário Celso Sanchez (ao centro) e o Prof. Fontela (UFRJ) entregando a cédula à Bióloga.

Ângela Dias de Senna, Brena Cristin da Silva Mello, Carlos Alberto Gomes Carvalho, Claudia Almeida de Magalhães, Edlamar Aparecida Nunes, Eduardo Souza Feliz, Elenilde Maria dos S. Torres, Fernando José Martins Pereira, Gustavo da Silva Demamam Berna, Luciana da Silva Ormond, Max Valério Dória Barbosa, Miguel



Diretores, conselheiros, Biólogos e convidados no auditório do CRBio-2 durante a entrega das cédulas profissionais

Ângelo Bruck Gonçalves, Patrícia Amim Rubim, Priscila de Moraes R.F. de Oliveira, Raquel Paixão da Silva, Ricardo Francisco Freitas Filho, Roberta Silva Amoroso e Rosemary Sabino Sarahyba.

Entre os presentes estiveram o jornalista Vilmar Berna, e o professor Fontela (prof. de Botânica da UFRJ e do Jardim Botânico).

Importante

O Conselho Regional de Biologia 2ª Região publicou três portarias importantes para o legal exercício da profissão confira:

Portaria nº 19 de 17 de dezembro de 2004 - Aprova os procedimentos a serem adotados pela fiscalização ao Biólogo enquanto responsável técnico por laboratórios de análises clínicas e postos de coleta. (publicada no D.O.U, seção 1, ISSN 1676-2339, pág. 88, em 1/03/2005)

Portaria nº 20 de 17 de dezembro de 2004 - Aprova o procedimento ético-disciplinar específico e a adoção de medidas a serem publicadas aos Biólogos cujas dívidas atingem períodos superiores a 2 (dois) anos junto ao CRBio-2. (publicada no D.O.U, seção 1, ISSN 1676-2339, pág. 88, em 1/03/2005)

Portaria nº 21 de 17 de dezembro de 2004 - Aprova o procedimento ético-disciplinar específico e a adoção de medidas a serem aplicadas aos Biólogos em débito junto ao CRBio-2. (publicada no D.O.U, seção 1, ISSN 1676-2339, pág. 88, em 1/03/2005)

*** Acessando www.crbio2.org.br, você poderá ver as Portarias na íntegra.**

Bióloga é selecionada para programa educacional no Timor Leste



por Luciano Fuzér

A Bióloga Rosimeire de Souza Freitas é apaixonada por tudo que faz. Com vinte anos dedicados ao magistério, ela está entre os cinquenta professores selecionados pelo Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para participarem do Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor Leste.

Em paralelo com sua atividade no magistério, Rosimeire manteve sua vida acadêmica, tornou-se pesquisadora, e participou de inúmeros cursos e congressos no exterior. Toda essa dedicação a fez completar seu doutorado pela UERJ e o pós-doutorado na Itália.

O Programa de Qualificação na qual Rosimeire foi selecionada é resultado de acordo firmado entre o Ministro da Educação do Brasil, Tarso Genro, e o Ministro de Educação, Cultura, Juventude e Esportes do Timor Leste, Armindo Maia, com o objetivo de apoiar aquele país na reconstrução de seu quadro educacional, devastado após longa guerra civil contra a Indonésia. Segundo informações do ministério timorense, 90% das escolas foram destruídas e o sistema educacional foi praticamente desmontado.

Segundo Maria Luiza Pereira de Carvalho, Coordenadora Geral de Cooperação Internacional (CGCI), responsável pelos programas da Capes com o Timor Leste, foi surpreendente o grande número de candidatos inscritos - chegou a dezessete mil, quando o esperado era em torno de mil inscrições para as 50 vagas oferecidas. "Foi gratificante sentir o retorno dos profissionais brasileiros que responderam com solidariedade e efusão quando apresentaram sua candidatura ao programa", disse.

Para a seleção, as candidaturas

foram separadas por área de conhecimento e, dentro de cada grupo, selecionadas aquelas cujo perfil mais se aproximava da meta do Ministério da Educação do Timor Leste para os próximos cinco anos: desenvolvimento de ações de alfabetização em massa, universalização do ensino fundamental, expansão e consolidação da língua portuguesa e promoção do ensino técnico e profissional, por intermédio da qualificação e formação do docente timorense.

Antes de embarcar Rosimeire conversou com o BioNotícias sobre esta nova experiência. Parabéns e boa sorte!

Por que surgiu a idéia de tentar ir para o Timor Leste?

Rosimeire: Sempre tive muita vontade de mostrar o meu trabalho fora do país, adoro viajar e vencer desafios. Acho que esta oportunidade de ajudar na reconstrução do sistema educacional deste país vai ser muito gratificante, tenho certeza que será um crescimento muito grande, tanto profissional quanto humanitário.

Você conhece a realidade educacional do Timor?

Rosimeire: Não, o que eu sei foi o que li através da internet. Segundos dados da ONU em 2000, 50% da população era analfabeta, atualmente só as crianças e os idosos falam a língua portuguesa.

O programa de governo do Timor Leste, espera que até 2010 todas as escolas estejam lecionando na língua portuguesa. Esse é o nosso objetivo principal, implementar o ensino oficial da língua portuguesa, já que hoje eles falam o Tétum.

Você esperava ser selecionada entre 17 mil candidatos? E como foi sua reação ao ver seu nome na lista?

Rosimeire: Quando eu me inscrevi não sabia da magnitude do processo e que haveriam tantos candidatos. Realmente, eu sei que tenho um excelente currículo, mas a gente sempre se surpreende quando diante de tanta concorrência, é selecionada. Foi uma recompensa gratificante pelo meu trabalho.

Como está sendo essa experiência de dividir seu trabalho no magistério, com sua vida acadêmica e a pesquisa?

Rosimeire: É você aplicar na sala de aula o entusiasmo pelas descobertas, incentivar seus alunos a se aproximarem cada vez mais, mostrar a eles que o mundo está em constante mudança, principalmente na área de Ciências.

O Ministro da Educação promoverá algum tipo de preparação para a equipe antes do embarque?

Rosimeire: Com os candidatos, o ministro da Educação, Tarso Genro, e os organizadores da CAPES, houve uma reunião no Ministério da Educação em Brasília no dia 21 de fevereiro, durante a qual fomos informados sobre alguns pontos da viagem e do programa, além de assistirmos a um seminário de dois professores antropólogos que realizaram suas teses de doutorado no Timor Leste. Também conversamos com alguns professores da Universidade do Timor Leste que estão no Brasil, no Mestrado da Universidade de Brasília.

Um gigante africano ameaça o Brasil

por Adriana de Lima A. Bezerra

Histórico

O "Caramujo-Gigante-Africano", *Achatina fulica*, é um molusco terrestre pulmonado originário do Leste da África, que se espalhou por praticamente todos os países tropicais e subtropicais Indo-Pacíficos nos últimos 200 anos, além de diversas localidades na América do Norte e Europa.

O caramujo-gigante-africano é uma espécie exótica que foi trazida do continente africano com a finalidade de estabelecer uma cultura de criação do molusco no Brasil, visando inclusive o mercado exterior. Esses caramujos foram comercializados no Brasil, mas em função do alto custo, e do trabalho na sua criação, além da não aceitação desta iguaria no cardápio brasileiro, alguns produtores resolveram simplesmente abandonar suas criações, o que possibilitou sua difusão rápida no meio ambiente.

Situação Atual da Praga no Brasil

Tornou-se importante praga de jardins e plantações, demandando custos elevados em tentativas de controle, muitas delas mal-sucedidas.

Desde o início da década de 1990 já era notória a questão da invasão do "Gigante Africano" no Brasil. Mesmo depois da divulgação do problema pela mídia, matrizes deste caramujo continuaram a ser importadas para que novos cultivos tivessem início. As autoridades sanitárias não se manifestaram enfaticamente e o controle e a fiscalização permaneceram insuficientes. Praticamente todos os Estados do Brasil já registraram a ocorrência de *A. fulica* em seus territórios; em alguns casos, foram constatados elevados índices populacionais, o que tem provocado indesejáveis repercussões socio-econômicoambientais. No Estado do Rio de Janeiro, municípios como Angra dos Reis, Barra Mansa, Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Niterói, Rio de Janeiro (Campo Grande e Grajaú), Caxias, Maricá e Resende,

além de regiões como Santa Rita de Cássia, entre outros, foram alvos de destaque em jornais de grande circulação devido à gravidade da invasão observada, que trouxe pânico aos moradores e embaraço para as autoridades.

Dados Biológicos

Os "Gigantes Africanos" apresentam maior atividade no período noturno. Durante o dia, vivem enterrados, escondidos ou abrigados em frestas de rochas, muros, montes de lixo, telhas, entulho, árvores, jardins, terrenos baldios ou qualquer outro lugar protegido da exposição direta dos raios solares. Alimentam-se vorazmente de vegetais, detritos orgânicos e outros. Cada *A. fulica* pode colocar de 20 a 350 ovos por desova, uma vez ao ano, com um período de 1 a 15 dias de incubação. A maturidade sexual é alcançada após o primeiro ano de vida. Os animais são hermafroditas e podem viver até 6 anos. Em laboratório já foi verificada a ocorrência de autofecundação. São extremamente resistentes a variações ambientais. A concha dos exemplares adultos chega a medir mais de 20 cm.

Impactos à Saúde Humana

Por ser herbívoro generalista ataca desde pequenas hortas até grandes lavouras, causando grandes danos à agricultura. Pode transmitir dois vermes que prejudicam a saúde humana.

Sabemos que a transmissão destes vermes pode ocorrer por outros moluscos, porém a *A. fulica* se torna a fonte de maior risco atualmente, em função do seu rápido desenvolvimento e do crescimento populacional elevado, e da competição interespecífica que desencadeia e que pode eliminar as espécies nativas. Os vermes transmitidos são:

Angiostrongylus costaricensis, causador da angiostrongilíase abdominal, doença grave que pode causar a perfuração intestinal, peritonite e hemorragia abdominal e

pode resultar em óbito.

Angiostrongylus cantonesis, causador da angiostrongilíase meningoencefálica humana, doença que causa, entre outros sintomas, distúrbios do sistema nervoso, fortes e constantes dores de cabeça.

Combate ao caramujo gigante africano

Mantenha limpo o seu quintal ou terreno, pois restos de construção, poda, madeira e lixo em decomposição são locais de proliferação do caramujo.

Nunca faça contato direto com o molusco, recolha os animais um a um, **sempre protegendo as mãos** com luvas descartáveis ou sacos plásticos, já que os vermes encontram-se no muco (o "rastro" do caramujo).

Mergulhe-os em uma solução de água e sal grosso (para cada litro de água, dissolva 5 colheres de sopa de sal grosso) dentro de uma balde, por cerca de 3 horas. A seguir enterre-os. Ou então, queimá-los e enterra-los. Nunca os deposite vivos no lixo, pois eles se proliferam em lixões e aterros sanitários e aumenta a infestação.

Para evitar a doença, tome cuidado com os alimentos a serem consumidos crus, lave bem as verduras e frutas, após deixar de 15 a 30 minutos em solução de água sanitária (1 colher de sobremesa) a 1,5% (1 L de água).

As mãos devem ser bem lavadas sempre, em especial depois do contato com o solo e jardins, que deve ser feito preferencialmente com luvas.

Procure não deixar crianças brincarem em jardins com os moluscos.

**Estagiária
Adriana de Lima Almeida
Bezerra**

**Colaboradores da Gerência
Técnica Astral Saúde Ambiental**

Horácio Francisco Ferreira Filho, engenheiro agrônomo, mestre em Entomologia.

Priscila Gonçalves Xavier, Bióloga
www.astral.ind.br
rionorte@astral.ind.br

Natal Shark Board, ataques de tubarões e o comércio de barbatanas

Por Marcelo Szpilman

Em recente viagem à África do Sul, onde tive o grande prazer de mergulhar com o tubarão-tigre e o cabeça-chata, sem gaiola ou qualquer tipo de proteção, com o objetivo de desmistificar esses animais injustiçados, fiz questão de visitar e conhecer os bastidores da instituição governamental *Natal Shark Board* (NSB), cuja missão, desde sua criação em 1962, é “aprovar, controlar e iniciar medidas para salvaguardar os banhistas contra ataques de tubarão” no litoral de Durban e adjacências da província de Natal, hoje conhecida como Kwazulu-Natal. Meu objetivo, ao escrever esse artigo, é abordar a questão das redes de tubarão como meio de proteção aos banhistas e sua infeliz relação com o comércio mundial de barbatanas. Mas antes, vale a pena discorrer um pouco sobre a história dessas redes na África do Sul e sua ligação com os ataques de tubarão.

Historicamente, o clima subtropical e as águas quentes sempre atraíram visitantes para as praias de Durban e, infelizmente, ocasionais ataques de tubarão ali ocorriam. Já em 1907, o conselho da cidade resolveu erguer uma cerca de exclusão semicircular com 180 metros de diâmetro para proteger os banhistas. Em função dos danos sofridos pelas constantes ondas e pela corrosão, e devido ao alto custo de manutenção, a estrutura foi demolida em 1928. Nos onze anos seguintes não houve grandes problemas com os tubarões, mas em 1940 cinco ataques foram registrados ao longo de 8 km de litoral, ao sul de Durban. Entre 1943 e 1951, ocorreram mais 21 ataques em Durban, com sete fatalidades.

Desesperadas por uma solução, as autoridades da cidade resolveram adotar o mesmo sistema usado com sucesso na Austrália desde 1937, onde grandes redes de pesca (de emalhar) são ancoradas após a linha de arrebentação das ondas. Sua função não é produzir uma barreira de exclusão, mas sim capturar e matar boa parte dos tubarões que insistem em nadar nas vizinhanças das praias protegidas. A efetividade da rede de tubarão tem sido atribuída à redução do número de tubarões ocorrentes na área e, por conseguinte, à diminuição da probabilidade de um encontro do tubarão com o homem.

Em 1952, sete redes de tubarão, cada uma com 130 metros de extensão, foram colocadas nas praias de Durban. No primeiro ano de operação, capturou 552 tubarões e atingiu os objetivos propostos, desde então nenhum ataque sério ocorreu naquelas praias protegidas. No entanto, essas medidas de proteção não foram disseminadas no restante da costa de Kwazulu-Natal, particularmente ao sul de Durban, onde uma série de ataques entre dezembro de 1957 (que ficou conhecido como “dezembro negro”) e março de 1958 provocou a morte de cinco pessoas. Esse evento teve um efeito devastador sobre a indústria do turismo local.

Em resposta ao clamor público e temendo a queda nas receitas provenientes do turismo, diversas cidades do litoral tentaram erguer barreiras físicas nas zonas de arrebentação para criar áreas de exclusão para os banhistas. Construídas com postes, arames e redes, essas estruturas não resistiram à ação impiedosa das ondas e logo foram abandonadas. Até a marinha sul-africana foi acionada para disparar cargas de profundidade, porém os poucos tubarões mortos atraíram ainda mais tubarões que deles se alimentaram.

Em 1962, a operação das redes de tubarão foi então



expandida para o norte e o sul de Durban, chegando a 15 praias em 1966, cada uma protegida por duas ou três redes com 6 m de altura e 200 a 300 m de extensão. Nessa época, quando prevalecia o conceito “tubarão bom é tubarão morto”, quase todos os tubarões achados ainda vivos nas redes eram mortos, especialmente os mais perigosos, como o tubarão-branco, o tubarão-tigre e o cabeça-chata. Atualmente, com 29 km de redes espalhadas com intervalos ao longo de 320 km de litoral, protegendo 38 localidades de Kwazulu-Natal, o conceito mudou e o NSB passou a liberar todos os tubarões achados vivos, incluindo aqueles mais perigosos.

Um forte argumento utilizado pelo *Natal Shark Board* (NSB) em favor da utilização das redes de tubarão é a drástica redução no número de ataques e principalmente de óbitos. Em Durban, de 1943 a 1952, antes da instalação das redes, houve sete ataques fatais. Após a colocação das redes, não houve fatalidades. Nas outras localidades de Kwazulu-Natal, de 1940 até 1960, quando a maioria das praias colocou suas primeiras redes de tubarão, houve 16 ataques fatais e 11 ataques com danos sérios. Nas três décadas seguintes, desde que as redes foram instaladas, não houve nenhuma fatalidade e apenas quatro ataques resultaram em danos sérios. Atualmente, nas praias de Kwazulu-Natal, a média é de apenas um ataque por ano.

Uma análise dos registros nas últimas quatro décadas em toda a África do Sul mostra que o ataque de tubarão é um evento raro, com uma média de quatro ataques por ano, onde menos de 30% resultam em danos sérios e somente 11% são fatais. Em 14 anos (de 1990 a 2004) houve 71 ataques com nove fatalidades em toda a África do Sul. No Brasil, no mesmo período, foram 67 ataques com 17 fatalidades.

É interessante traçar um paralelo do histórico de Durban, acima relatado, com o problema dos ataques de tubarão que o Estado de Pernambuco vem enfrentando nos últimos 14 anos. De 1990 a 2004 foram 45 ataques com 14 mortes. Perceber o quanto esse histórico tem em comum com a reivindicação dos surfistas e vítimas de ataque de Pernambuco, na ocasião do II Workshop Internacional de Ataques de Tubarões, ocorrido no Recife, em julho de 2004,

que cobraram medidas imediatas para solucionar o problema, incluindo a adoção de redes para capturar os tubarões. O uso dessas redes de proteção, no entanto, foi veemente desaconselhado por todos os especialistas presentes, incluindo o diretor do *Natal Shark Board* (NSB), Dr. Jeremy Cliff, da África do Sul, e o Dr. Matt Broadhurst, da Austrália, países notadamente defensores de tais práticas. Destacaram como contraproducente o forte impacto ambiental e o alto custo de implantação e manutenção dos equipamentos. O Dr. George Burgess, dos Estados Unidos, país que não adota essa medida, acrescentou que essas redes estão ultrapassadas por serem muito antiecológicas e por provocarem um impacto desproporcional ao problema a ser enfrentado.

A captura média anual das redes de tubarão na província de Kwazulu-Natal, nos últimos 22 anos, tem sido de 1.250 tubarões (de 14 espécies diferentes, com 15 a 20% de animais liberados vivos), 350 raias (sete espécies, com 65 a 70% liberadas vivas), 70 tartarugas marinhas (dois espécies, com 35% liberadas vivas), 100 golfinhos (três espécies) e 40 peixes ósseos diversos.

Ainda que boa parte da "velha guarda" do NSB acredite que a captura da maioria das espécies seja sustentável do ponto de vista populacional, a indiscutível necessidade de se proteger a vida e os ecossistemas marinhos e a pressão das entidades ambientalistas locais e internacionais têm forçado a uma mudança de atitude em suas ações predatórias. Diversas iniciativas vêm sendo implantadas (redução de 27% das redes de proteção das praias) ou estão sendo avaliadas (uso de "drumlines", grandes anzóis iscados suspensos por flutuadores e ancorados no fundo, como já ocorre na Austrália) para reduzir a mortalidade dos animais marinhos sem descuidar da segurança dos banhistas.

As carcaças dos tubarões mortos, levadas para o prédio do Natal Shark Board (NSB), são utilizadas para fins científicos e para dissecações públicas e diárias cerca de 60 mil pessoas visitam todo ano o NSB. Junto com a exposição de painéis e displays estatísticos e auto-explicativos, o objetivo apregoado pela instituição é educar a população, passar conceitos sobre práticas recreativas seguras no mar e transmitir conhecimentos sobre a biologia, a ecologia e a **conservação dos tubarões**.

A abordagem que o NSB dá ao tema **conservação dos tubarões** e as cenas que presenciei no passeio por suas instalações são **absolutamente contraditórias** e me deixaram **bastante perplexo**.

Seu site (www.shark.co.za) trata do tema em diversas páginas, discorrendo sobre:

1. "Por que devemos nos interessar pela conservação dos tubarões" - abordando a questão da cadeia alimentar e a vulnerabilidade dos tubarões à sobrepesca.

2. "Ameaças aos tubarões" - explicando, entre outras coisas, que uma das razões para o grande aumento da pesca dos tubarões foi o crescente mercado de barbatanas de tubarão e que alguns países, incluindo a África do Sul, baniram a prática do "finning" (pesca onde os tubarões são mortos exclusivamente para obtenção das barbatanas, usadas no preparo da sopa de barbatana).

3. "Esforços internacionais de conservação" - citando organismos internacionais de conservação, como a IUCN, o CITES e a FAO, e suas demandas por planos que assegurem a sustentabilidade da pesca dos tubarões.

4. "Legislação de proteção aos tubarões na África do Sul" - informando que o tubarão branco é totalmente protegido por lei, que nenhuma parte ou produto advindo dele pode ser comercializado, e

que existe uma legislação específica determinando que todo tubarão desembarcado, transportado ou vendido deve estar inteiro, de modo a prevenir a prática da pesca para obtenção da barbatana (*finning*) e o descarte da carcaça, que é devolvida ao mar.

Ainda assim, o Natal Shark Board (NSB) vende em sua bonita e confortável loja arcadas completas retiradas dos tubarões dissecados. Utilizar partes do corpo do tubarão para a obtenção de souvenir para comercialização é algo bastante controverso e questionável para uma instituição que se diz preocupada com a conservação dos tubarões. O que dizer então da comercialização de suas barbatanas?

Nessa visita ao NSB, onde fui muito bem recebido por seu diretor, Dr. Jeremy Cliff, descobri que, com exceção do tubarão-branco, que é protegido por lei, as **barbatanas dos tubarões** capturados e mortos nas redes de proteção e nos espinheis de superfície (*drumlines*) são **comercializadas para obtenção de receita** (estimada em 50 mil dólares por ano) **revertida para a própria instituição**.

Sabemos que existe um mercado oficial de barbatanas advindas da pesca comercial, onde os tubarões são processados para o consumo humano. É óbvio que as barbatanas vêm junto com o tubarão e, nos casos em que há um cuidado no manejo da pesca, é legítimo sua comercialização. O grande problema é que nos últimos anos houve uma explosão na prática do *finning* e a sobrevivência de diversas espécies está seriamente ameaçada.

Questionado por mim a respeito dessa prática, o Dr. Jeremy Cliff declarou: "O NSB condena a prática do *finning* e qualquer tubarão encontrado vivo nas redes é liberado vivo, com suas nadadeiras intactas. O NSB apenas remove as nadadeiras dos tubarões encontrados mortos nas redes. Nós não capturamos tubarões com o objetivo de gerar dinheiro com suas nadadeiras."

Apesar dos argumentos acima, creio firmemente que a venda das barbatanas pelo NSB evidencia um **flagrante conflito de interesses**. Mas vai além, ao abastecer o lucrativo mercado de barbatanas. Nos últimos 23 anos, o NSB incentiva seu comércio ilegal e ganancioso e acaba, de certa forma, boicotando as iniciativas e pressões internacionais para banir o *finning* e proteger os tubarões. Guardadas a devida proporção, seria como se o Ibama comercializasse partes dos animais capturados mortos do tráfico de animais silvestres e da caça ilegal (penas, bicos, peles, chifres e cascos) a fim de obter dinheiro para a própria instituição.

Como ambientalista e diretor do Instituto Ecológico Aqualung e do Projeto Tubarões no Brasil (PROTUBA), não poderia ficar calado diante desse absurdo institucionalizado. Espero, com essa denúncia, forçar uma revisão de conduta por parte do Natal Shark Board.

Marcelo Szpilman,

Biólogo Marinho formado pela UFRJ, com pós-graduação executiva em Meio Ambiente (MBE) pela COPPE/UFRJ, é autor dos livros *Guia Aqualung de Peixes*, editado em 1991, de sua versão ampliada em inglês *Aqualung Guide to Fishes*, editado em 1992, *Seres Marinhos*, editado em 1998/99, *Peixes Marinhos do Brasil*, editado em 2000/01, *Tubarões no Brasil*, editado em 2004, e de várias matérias e artigos sobre a natureza, ecologia, evolução e fauna marinhas publicados nos últimos anos em diversas revistas e jornais e no Informativo do Instituto. Atualmente, Marcelo Szpilman é diretor do Instituto Ecológico Aqualung, editor e redator do Informativo do citado Instituto, diretor do Projeto Tubarões no Brasil (PROTUBA) e membro da Comissão Científica Nacional (COCIEN) da Confederação Brasileira de Pesca e



Tasso Azevedo

por Melissa Crocetti

(Foto: Martin D'Ávila/MMA)



Garantir o uso sustentável das Florestas Públicas Brasileiras, esse é o objetivo do Programa Nacional de Florestas para proteger o meio ambiente e respeitar a legalidade. A idéia é acabar com a privatização de terras públicas por meio de um processo de gestão a longo prazo, que permita ações legais para o manejo dessas áreas. O projeto é uma tentativa de reverter uma situação comum no Brasil: a falta de domínio que levou à privatização de terras públicas, o que incentiva o processo de grilagem e ocupação ilegal. Tasso Azevedo, diretor do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, acredita que o projeto de lei é a única solução para que o Estado volte a ter controle e cuidados sobre o que lhe pertence. Depois de muitas discussões e estudos, a proposta está no Congresso Nacional, para onde foi encaminhada em caráter de urgência. Azevedo cedeu esta entrevista na qual explicita seus pontos de vista sobre o que pode ser feito pelas terras brasileiras, principalmente na Amazônia.

A discussão sobre concessão das Florestas Nacionais (Flonas) ganhou força em 2003, depois que o Ibama e o Ministério Público decidiram suspender vários planos de manejo florestal que estavam em terras duvidosas. Por que essa discussão demorou tanto para acontecer?

Tasso: Na verdade essa discussão existe há trinta anos. A diferença agora é a motivação. Em outro momento tentava-se trabalhar apenas com o conceito de Florestas Nacionais, com Unidades de Conservação, mas agora o enfoque é a gestão de todas as Florestas Públicas do Brasil. Algumas propostas anteriores até chegaram a ir para o Congresso, mas além de ter esse viés estreito tinham um problema de origem que era o fato de sua construção não terem sido feitas com muita participação. O que fizemos foi trazer o tema para o contexto de desenvolvimento regional, como uma estratégia de combate ao desmatamento e promoção de uma atividade sustentável na região. Não é só uma questão florestal, é uma questão de garantir o domínio sobre as terras públicas brasileiras.

A primeira obrigação do poder público seria fazer o mapeamento dessas áreas?

Tasso: O projeto de lei diz o seguinte: Floresta Pública tem que permanecer floresta e pública. Em um primeiro momento a gente precisa definir claramente quais são as áreas públicas que têm floresta. Sabemos quais são, mas não sabemos o total. Por exemplo, as unidades de conservação, as áreas indígenas e as áreas do Incra, a gente conhece e tem mapas, o que falta é saber onde está a vegetação. Isso vai ser feito, é um dos primeiros trabalhos do Serviço Florestal*. Mas tem um contingente muito grande de florestas, principalmente na Amazônia, que estão em áreas chamadas devolutas, que não foram arrecadadas pelo Estado, estão sem dono, digamos assim. Mas áreas sem dono, por definição, são do poder público. Só que é necessário todo um processo de arrecadação, no qual se define um polígono no campo, publica-se nos principais jornais convocação de pessoas com título de posse ou escritura referente à área, por isso o mapeamento não é uma coisa rápida. Mas estamos incorporando esses dados no Cadastro Geral de Florestas Públicas, que está previsto na Lei, e vai estar ligado ao Cadastro Geral de Imóveis Rurais. E é óbvio que a gente tem que cruzar isso com as informações dos Estados, afinal o cadastro é único.

Quais são as exigências do governo para os planos de manejo florestal que vão disputar as concessões

públicas?

Tasso: As florestas públicas têm três alternativas para o uso sustentável: a primeira é criar Unidade de Conservação de Uso Sustentável; a segunda é destinação para a comunidade e que ela não seja onerosa, ou seja, não é paga e também não é competitiva; o terceiro mecanismo é o das concessões. Ele é competitivo, então será feito um processo de licitação, e a utilização do recurso florestal terá que ser paga porque pertence ao Estado e a todos nós. O processo é feito em três etapas: a primeira é o Plano Anual de Outorga Florestal, que indica todas as áreas que são passíveis de passar por um processo de concessão. Por que é feito isso? Porque com a antecedência de um ano explicitamos para a sociedade onde são as áreas passíveis desse mecanismo. Nesse processo já se exclui área indígena, de proteção integral, enfim, todas as áreas que tenham algum tipo de problema. Quando começar a operar, a licitação de cada uma das áreas será um processo de consulta local, para garantir que todas as informações estarão no processo. Por exemplo, se existir alguma espécie rara naquela região e que não pode ser tocada, isso estará no edital. Caso haja algum recurso de uso comunitário, essa situação também será excluída do plano, pois ele tem que ser protegido para poder servir à comunidade e assim por diante. E a licitação tem uma série de condicionantes. Ela é baseada no preço e na melhor técnica, ou seja, a que causa menor impacto ambiental e maior benefício socioeconômico. Em seguida, a empresa ganhadora tem que apresentar um plano de manejo da área, que precisa ser aprovado pelo Ibama. A grande novidade é que essas áreas serão submetidas a três tipos de auditoria: uma feita anualmente pelo Ibama, para verificar a implantação do Plano de Manejo; outra feita pelo Serviço Florestal Brasileiro, para checar se ela está cumprindo todos os itens do contrato, também anual; e, além disso, tem que contratar uma auditoria independente a cada cinco anos, feita por um órgão que não seja do governo.

Houve um certo desentendimento com o Ibama porque se temia que o Serviço Florestal Brasileiro fosse uma nova agência reguladora. Como está essa situação?

Tasso: Houve no começo um receio do Ibama, que era legítimo, que fossem retiradas suas atribuições de monitoramento e controle dessas áreas. Mas na verdade ele permanece com todas as suas atribuições e mais algumas, porque agora o Ibama fará Anuência Prévia, ou seja, antes de se fazer a licitação, o Ibama tem que dizer que aquela área pode ser manejada.

Um dos argumentos do geógrafo Aziz Ab'Saber contra as concessões é que entregar grandes áreas à iniciativa privada, por um longo tempo, pode significar perder essas áreas, levando-se em consideração o quadro institucional incerto no Brasil. O que o senhor pensa sobre isso?

Tasso: Primeiro esse é um projeto de lei que visa fundamentalmente garantir a soberania e o controle do Estado, porque hoje não há controle, não existe regulamentação que permita ao Estado controlar essas áreas. Então com esse mecanismo estamos dizendo o seguinte: floresta pública permanece pública, sob o controle do estado. A concessão é do manejo, não tem nada sobre as áreas nem sobre a floresta, não tem nada sobre domínio. No Brasil, historicamente desde as capitânicas hereditárias as terras passam para o setor privado e isso não gera benefício nenhum para a comunidade. O que estamos dizendo é que não se privatiza mais. Em Floresta Pública você pode ter direito de uso, mediante uma licitação, mas a terra e os recursos permanecem sob o domínio da União. Óbvio que a implementação vai envolver uma série de ações de fortalecimento dos órgãos, da presença do Estado na região, mas o que a gente está criando é um marco institucional que nos permita fazer esse trabalho. Acho que parte do receio que o professor Aziz Ab'Saber apresenta está relacionado à forma como será a implementação. Essa é a questão, não há como escapar. Não tem saída. Temos que criar uma situação que nos permita tomar posse do problema. Sobre a instabilidade do quadro institucional brasileiro, esse é um argumento imprevisível. As áreas só são concedidas pelo poder público com contrato que especifica não haver mudança de domínio sobre a área. A possibilidade de que a empresa tenha posse da área é nula. Está previsto na lei, para ficar muito claro.

Esse projeto é uma forma de legalizar a extração da madeira?

Tasso: Não. Queremos esclarecer que fazer manejo florestal é uma das formas mais eficientes de se conservar a floresta. São duas as formas de fazer isso: unidades de conservação de proteção integral – que cumprem a função de manter amostras da nossa biodiversidade de forma intacta – e gestão sustentável. Por exemplo, a Suécia e a Finlândia são os principais exportadores de produtos florestais do mundo, mas são países que no começo do século XIX não tinham florestas. Hoje eles resolveram recuperá-las a partir de florestas que tinham uso sustentável.

Queremos que se faça uso sustentável. O que acaba com a floresta é a agricultura, a pecuária e assim por diante. Fazer manejo florestal é o único instrumento de controle. O que está sendo proposto é trazer quem atua na ilegalidade e quem mesmo na legalidade, atua a partir do uso do desmatamento, e passar esse pessoal para o modelo de manejo florestal. Um detalhe importante: nas nossas projeções não podemos passar de 20% da área disponível para concessão. Em simulações, a área de manejo florestal chegaria no máximo a três milhões de hectares e isso representa 3% da área da Amazônia. As pessoas às vezes imaginam que faremos manejo florestal na Amazônia inteira. Só para comparação, para fazer manejo sustentável de toda a demanda de madeira da Amazônia hoje, seriam necessários 50 milhões de hectares, cerca de 10% da área da região.

E qual é a meta de madeira certificada?

Tasso: O objetivo é fazer com que a toda a produção florestal se dê em área sustentável. Nos dez primeiros anos pretende-se incorporar este sistema de manejo em três milhões de hectares, segundo nossas estimativas.

Um dos objetivos do Projeto Sivam – Sistema de

Vigilância da Amazônia – é monitorar o espaço aéreo e terrestre para o combate ao desmatamento. Vocês trabalham em parceria com o Sivam?

Tasso: Em várias coisas. Encaramos o Sivam e o Sipam – Sistema de Proteção da Amazônia – como instrumentos de trabalho, como se fosse um departamento aqui do lado. Eles são uma central de serviços que nos ajuda promover políticas públicas.

E em relação ao DETER – Sistema de Detecção de Desmatamento?

Tasso: O DETER é importante sobretudo para poder detectar para onde vão as estradas ilegais. As funções deles são diferentes. O DETER, por exemplo, registra o que está acontecendo naquele momento exato, o Sivam faz projeções.

Como é feito esse monitoramento sobre áreas desmatadas?

Tasso: Essa é a mudança que estamos promovendo. Até 2002, só conseguíamos ver a informação de desmatamento um ano depois de ter acontecido. Em 2003, tomou-se a decisão de que precisávamos de um sistema em tempo real ou quase real. Assim surgiu DETER. Tecnicamente é possível fazer o monitoramento a cada sete dias, mas do ponto de vista prático conseguimos fazer a cada mês, diminuindo o período para quinze dias e assim por diante. O Sivam desenvolvendo um mecanismo de antecipação por sinais. Por exemplo, eles aperfeiçoam uma tecnologia para mapear os locais onde estão sendo abertas picadas na floresta, ou seja, uma pequena estrada que aparece um ano antes do desmatamento. Se você identificar aquelas estradas e souber que aquilo é terra pública, pode agir imediatamente no local. Essa tecnologia já está em uso, inclusive no ano passado o Ibama evitou quase 300 mil hectares de desmatamento se antecipando a sua ocorrência. Óbvio que há vários problemas reais no campo. Por exemplo, encontramos em áreas públicas picadas, pelas quais ninguém é responsável. Temos que trabalhar com barreiras, é um plano de inteligência meio complicado.

Em alguns conflitos na Amazônia houve um processo de desmatamento acelerado para que determinadas áreas não possam ser consideradas Unidades de Conservação. O que pode ser feito em relação a isso?

Tasso: Isso aconteceu ano passado, em uma região chamada Terra do Meio, entre os rios Xingu e Tapajós, e já nos mobilizamos para evitar esse tipo de coisa. Mas o mais importante foi a ação do Incri de não emitir documento qualquer sobre posse de terra. Porque mesmo que se faça um desmatamento, hoje não há mecanismos que permitam que a pessoa se torne dona da terra. É jogar dinheiro fora. Antigamente eles faziam isso para ocupar a terra e conseguir um documento do Incri*.

Quem participa do projeto de Gestão das Florestas Públicas?

Tasso: Esse projeto de Lei da Gestão das Florestas Públicas foi desenvolvido junto com todos os setores empresariais, as indústrias farmacêuticas e de cosméticos, os extratores de carvão, as universidades, o Embrapa, o Ibama, todos os governos estaduais, os onze ministérios, os movimentos sociais, os extrativistas, os indígenas e os movimentos ambientalistas.

*nota da redação: a geração, o monitoramento e a disseminação de informações vão ser feitos através do Sistema Nacional de Informações Florestais, que faz parte do projeto

*n. r.: a Portaria 10, divulgada pelo Incri em 1º de dezembro de 2004, inibi títulos daqueles proprietários de terras que, até o momento, não apresentaram a documentação exigida. A medida serve para separar os produtores que atuam na legalidade dos grileiros, que se apossam ilegalmente das terras

Currículos

Caro Biólogo,

Envie seu currículo resumido para divulgarmos no Bionotícias. Serão contemplados apenas os profissionais que estiverem rigorosamente em dia com suas obrigações com o CRBio-2.

Mayra Ferrari da Cunha – atuação: acompanhamento e orientação na área ambiental, trabalhando com licenciamento ambiental, implantação e treinamento em Sistema de Gestão Ambiental Iso 14001, avaliação da situação ambiental de empreendimentos, entre outras atividades. E-mail mayrabiologia@yahoo.com.br

Patricia Machado Pinto – especialidade: biologia molecular.

Tel.: (21) 2572-3062.

Ruth Fernandes Brehme – especialidade: docente em Biologia, ensinos médio e fundamental. Tel.: (21) 2433-2545.

Hevellin de Souza Farias – especialidade: análises clínicas.

tel.: (21) 9201-5496.

Patrícia Rangel Moraes – pós-graduação em Educação, mestre em Psicopedagogia, pós-graduação em Fitoterapia e Microbiologia; tel.: (27) 3259-1027; contato (21) 2701-8724.

Flávia Gonçalves Belo – pós-graduação em especialização de Microbiologia, tel.: (21) 3019-9567, ou 9296-0120.

CFBio divulga

RECOMENDAÇÃO: a) Piso Salarial do Biólogo - a Lei nº 6.684/79 que regulamentou a profissão de Biólogo e que criou os Conselhos Federal e os Regionais de Biologia originou-se de um Projeto de Lei de iniciativa de um Parlamentar e não do Executivo. A fixação do piso é prerrogativa constitucional do Presidente da República. Diante dessa situação, o primeiro Presidente do CFBio recomendou o mesmo piso adotado para outras categorias de nível superior como a dos Engenheiros, que têm firmado por lei, o valor correspondente a 8,5 salários mínimos para jornada de 40 horas semanais ou de 6 salários mínimos pelo trabalho de 30 horas semanais.

b) Tabela de Referência de Honorários para Biólogo Profissional Liberal: sugestão de valor mínimo da hora/trabalho para cinco grupos conforme abaixo:

Junior 1- até 3 anos após a graduação - R\$ 25,00 / Junior 2 - de 3 até 5 anos após a graduação - R\$ 40,00 / Pleno - de 6 a 15 anos após a graduação ou com Mestrado - R\$ 60,00 / Sênior - mais de 15 anos após a graduação ou com Doutorado R\$ 70,00 / Com mais de 18 anos após a graduação ou Pós-Doutorado - R\$ 100,00

I - O número de anos em cada grupo refere-se aos anos de atividade efetiva após a graduação;

II – correção anual com aplicação do índice – IGPM;

III – a referência de honorário destina-se ao Biólogo prestador de serviço autônomo e portador da ART respectiva;

IV – para os serviços fora da sede deve o contratante prover diárias, passagens ou outras despesas com transporte. (Instrução CFBio nº 01/2002).

1. 6º ENAB – Encontro Nacional de Biólogos e XIV ENBIO – Encontro de Biólogos dos Estados de RJ/ES: realização conjunta do Conselho Federal de Biologia – CFBio e do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região – CRBio-02. Apoio da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, nas dependências da UERJ, de 20 a 23 de setembro de 2005. Prêmio Paineis – 6º ENAB para as categorias: **a)** graduando em Ciências Biológicas e **b)** pós-graduando em Ciências Biológicas. Informações de inscrições de trabalhos científicos até 19 de agosto de 2005 acessando o site do CFBio: www.cfbio.org.br. Atenção: as inscrições para o 6º ENAB e o XIV ENBIO deverão ser feitas exclusivamente pelo site: www.cfbio.org.br, não havendo inscrições no local do Evento.

2. Resolução nº 49/2005 – Determina a divisão da jurisdição do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região – CRBio-04 e pela Resolução nº 50/2005 – Fica criado o Conselho Regional de Biologia da 6ª Região – CRBio-06, com sede em Manaus-AM com jurisdição nos Estados de: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, acha-se em fase de efetiva implantação aos cuidados da Comissão Provisória constituída pelos seguintes membros: Noemy Yamaguishi Tomita, Sonia Machado de Campos Dietrich, Sávio José Martins Oliveira e Marcelo Garcia. Em breve será convocada a primeira eleição para Conselheiros Regionais, do CRBio-06, com publicação de Edital no Diário Oficial da União.

3. A Sociedade Brasileira de Genética – SBG realizou os Exames para obtenção dos Títulos de Especialista em Citogenética Humana e em Genética Molecular Humana em setembro de 2004: na especialidade de Biologia Molecular Humana foram aprovados a Dra. Juliana Forte Mazzeu (CRB nº 43071/01-D), e o Dr. Roberto Rozenberg (CRB nº 33650/01-D).

A Diretoria do CFBio
Abril de 2005

Brasil aprova Lei de Biossegurança

No final do mês de março a Câmara dos Deputados aprovou a Lei de Biossegurança, que libera as pesquisas com células-tronco e a soja geneticamente modificada, além de regulamentar a entrada de novos transgênicos no país. O projeto, aprovado por 352 votos a favor e 60 contra, autoriza a pesquisa com células-tronco de embriões obtidos por fertilização *in vitro*. A pesquisa, no entanto, ficará restrita aos embriões congelados há mais de três anos e precisará de autorização expressa dos pais.



Tanque de nitrogênio para armazenamento de cordão umbilical

Transgênicos sem estudo de impacto ambiental

Com a nova lei, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) ganha poderes para autorizar a pesquisa e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), assumindo prerrogativa do Ministério do Meio Ambiente (o chamado parecer vinculante). A nova regulamentação atribui ainda à CTNBio, órgão composto por 27 especialistas, o papel de decidir sobre a necessidade ou não de estudo de impacto ambiental em cada processo de liberação dos novos OGMs. O parecer vinculante da CTNBio e a questão do impacto ambiental eram os pontos mais contestados pelos ambientalistas.

O deputado Fernando Gabeira criticou com veemência esta questão, apesar de ter votado favoravelmente à pesquisa com células-tronco. "Não podemos concordar com a barbaridade de aprovar um produto transgênico com base em pesquisas feitas em outros países", afirmou, referindo-se à possibilidade do descarte de estudos de impacto ambiental durante a análise de novos OGMs. "Nós temos outra biodiversidade. Nós falhamos, porque não construímos um sistema de biossegurança no Brasil", completou.

Já as empresas que trabalham nesta área gostaram da aprovação. "Do ponto de vista legal, resgata-se a decisão do Tribunal Federal Regional (TRF). O Brasil tem hoje um marco legal e também político sobre biossegurança", afirmou Rodrigo Almeida, diretor de Assuntos Corporativos da Monsanto do Brasil. "O país decidiu pelos transgênicos." A Monsanto é detentora da soja transgênica que tem sido cultivada no Brasil sob amparo de legislações temporárias.

O que é a CTNBio

A Comissão foi regulamentada em dezembro de 1995, e está vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, tendo a finalidade de acompanhar o desenvolvimento e o progresso técnico-científico na engenharia genética, biotecnologia, bioética, biossegurança e em áreas afins, no estrito respeito à segurança dos consumidores e da população em geral, em constante cuidado com o meio ambiente, cabendo-lhe suscitar e propor todas as pesquisas e os estudos complementares destinados a avaliar os riscos potenciais dos novos métodos e produtos disponíveis.

A ONG Greenpeace critica a Comissão: "A CTNBio é uma comissão pequena composta por 27 membros escolhidos a dedo pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, sendo que suas reuniões podem se instalar com apenas a metade dos membros e mais um (14) e as aprovações podem acontecer com voto favorável de apenas oito membros, mesmo para aprovação de plantios comerciais", afirma Gabriela Couto, integrante da campanha de Engenharia Genética do Greenpeace. "Sem os devidos estudos de impacto ambiental, a população brasileira não tem qualquer garantia de que estes produtos são seguros. Deve ser indispensável à apresentação dos mesmos. Só assim será possível que a biodiversidade brasileira não continue ameaçada", completou.

6º ENAB e XIV ENBIO

O 6º ENAB – Encontro Nacional de Biólogos e o XIV ENBIO – Encontro de Biólogos do Rio de Janeiro e Espírito Santo serão promovidos, em conjunto, pelo CFBio e CRBio – 02, nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, de 20 a 23 de setembro de 2005.

O ENAB a partir deste ano passa a ser realizado a cada dois anos, sempre em parceria com Encontro de CRBios como já vinha acontecendo.

A realização do evento tem como objetivo disseminar e debater as inovações científicas e tecnológicas dos inúmeros setores das Ciências Biológicas, em particular da Genética, Biologia Molecular, Genoma, Clonagem terapêutica, Biotecnologia, Bioética, Bioinformática, Biodiversidade, Meio Ambiente, Educação Ambiental, Ecoturismo, que vêm apresentando surpreendentes mudanças. No evento serão debatidas questões relativas à reforma da Universidade, do Ensino em cursos de Ciências Biológicas, legislações referentes ao exercício profissional, Bioética, Biossegurança, OGMs, Clonagem, Biodiversidade e Meio Ambiente entre outras.

As conferências, mesas redondas e mini-cursos proferidos por convidados, muitos deles com ampla experiência na sua especialidade, reconhecidos no país e internacionalmente têm propiciado oportunidade ímpar aos participantes para troca de idéias, para estabelecimento de intercâmbios principalmente entre os mais experientes com os jovens e também para educação continuada.

Ademais, com o intuito de valorizar e incentivar a realização da pesquisa científica entre os estudantes de Graduação do curso de Ciências Biológicas e de Pós-graduação, pela segunda vez haverá premiação dos trabalhos apresentados na forma de painel, a serem selecionados por uma comissão científica.

O 6º ENAB e o XIV ENBIO propiciarão momentos de enriquecimento do saber científico, de troca de experiência profissional e de confraternização em um ambiente acolhedor dotado de magnífica e ímpar paisagem natural própria do Rio de Janeiro, com expressiva participação de profissionais e estudantes vindos dos diversos pontos do país, tal qual nas realizações anteriores.

A Comissão Organizadora do 6º ENAB e do XIV ENBIO
Março de 2005

22 de março Dia Mundial da Água: lançado projeto do Peixe Fredi

por Luciano Fuzér

Em comemoração ao Dia Mundial da Água, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro lançou o projeto de educação ambiental Peixe Fredi da Bióloga Luzia Alice Ferreira de Moraes. O evento realizado no Parque dos Patins, na Lagoa Rodrigo de Freitas, contou ainda com o apoio do CRBio-2 e da ONG Bioética, sendo ainda sonorizado por Alexandre Japiassú.

“O Peixe Fredi é um personagem infantil que desenvolvi para ser um interlocutor com as crianças sobre as questões que envolvem o meio ambiente e sua preservação”, contou Luzia.

As crianças se divertiram e aprenderam a tratar melhor nossa água com o Peixe Fredi, que apareceu para alegrar a garotada. “Esta roupa de peixe foi confeccionada pela Ritinha (costureira) e a pintura foi feita pelo Wandinho, ambos realizam trabalhos para Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel”, disse Luzia. A música foi feita e gravada pela Bióloga que não escondeu a felicidade em ver a meninada cantando.

O evento ainda teve a apresentação do grupo Amantes das Artes que realizou uma apresentação de “street dance”. Este grupo formado há cinco anos por crianças e adolescentes do morro do Borel realiza um trabalho



O Peixe Fredi encantou a garotada no Parque dos Patins, na Lagoa, Zona Sul do Rio



Vice-presidente do CRBio-2, Antonio Bianchi, a roupa especial do Peixe Fredi e a Bióloga Luzia Moraes, criadora e do projeto de educação ambiental

social e de cidadania na comunidade.

Uma das maiores incentivadoras do projeto do Peixe Fredi é Elizabeth Mojon, diretora de programação do centro de educação ambiental da secretaria de meio ambiente. “O projeto é muito interessante, além do caráter multimídia onde a criança poderá ter contato com o personagem de diversas formas”, elogiou Elizabeth.

A Secretaria Municipal instalou barracas e apresentou seus diversos projetos de educação ambiental como: guardiões dos rios, programa de educação ambiental em áreas de reflorestamento entre outros.

Os guardiões dos rios são responsáveis pela limpeza manual e manutenção dos rios da nossa cidade. Em sua barraca a população pode ver expostos os diversos tipos de materiais que são recolhidos diariamente de nossos rios como televisores, sofás, cadeiras, além de vários materiais de difícil degradação como: plásticos, borrachas e vidros, provenientes de diversos objetos

como garrafas pet, pneus entre outros.

O programa de educação ambiental em áreas de reflorestamento tem realizado trabalhos em comunidades importantes como nas áreas do morro do Alemão, Taquaral, Ilha do Governador e do rio Piraquê. “O programa tem dado apoio e conscientizado a população do entorno das áreas reflorestadas sobre a importância em se conservar e ampliar estas áreas replantadas”, disse Valéria Leocádio, coordenadora do projeto.

Para Angélica B. Carvalho, diretora-geral do centro de educação ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Município do Rio, todos os projetos têm tido uma boa aceitação por parte da população: “Nossa presença é cada vez mais solicitada, pois todos têm demonstrado grande interesse em melhorar principalmente o ambiente em que se vivem. Temos ainda realizado uma aproximação muito proveitosa com a Secretaria de Educação dando apoio às unidades de ensino do município”, completou.